

Materializações cis/trans do corpo através da remoção de pelos corporais

Cis/trans matterings of the body through body hair removal

Emília Braz¹

<https://orcid.org/0000-0002-5462-4471>

emiliabraz7@gmail.com

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
Doutoranda em Antropologia Social

Resumo

Os pelos corporais e faciais são relativamente definidos em padrões masculino e feminino através de características como quantidade, distribuição, textura, pigmentação e densidade. A cartografia do dimorfismo sexual a partir dos pelos corporais serve como ponto de partida para investigar (auto)etnograficamente a materialização da cisgeneridade. Analisa-se um conjunto de eventos e situações relacionadas à remoção de pelos corporais que ocorreram entre 2008 e 2018. Com base nos estudos sociais e feministas da ciência, objetiva-se lançar luz às dinâmicas performativas através das quais o corpo se materializa e as diferenças que importam nessa materialização. Apresenta-se a cisgeneridade como um elemento produtivo de fronteiras e substâncias nas experiências corpóreas de pessoas cis e trans, o que chamei de aparato material-discursivo de produção corporal. Conclui-se que a remoção de pelos corporais não é algo natural, mas um fenômeno material-discursivo que produz detalhada e ferrenhamente certas características físicas e padrões de gênero.

Palavras-chave: cisgeneridade; aparato de produção corporal; pelos corporais; estudos feministas da ciência.

Abstract

Body and facial hair are relatively defined in masculine and feminine patterns through characteristics such as quantity, distribution, texture, pigmentation, and density. The cartography of sexual dimorphism based on body hair serves as a starting point for (auto)ethnographically investigating matterings of cisness. A set of events and situations related to body hair removal that occurred between 2008 and 2018 is analyzed. Based on social and feminist studies of science, the aim is to shed light on the detailed performative dynamics through which the body materializes and the differences that matter in this materialization. Cisness is presented as a productive element of boundaries and substances in the bodily experiences of cis and trans people, which I referred to as the material-discursive apparatus of bodily production. It is concluded that body hair removal is not a natural process but a material-discursive phenomenon that meticulously and rigorously shapes certain physical characteristics and patterns of gender.

Keywords: cisness; apparatus of bodily production; body hair removal; feminist science studies.

Introdução

Pensar a cisgeneridade é uma dessas urgências do nosso tempo e fazê-lo é uma tarefa infundável por mobilizar e emaranhar assuntos, autores e redes as mais distintas. A cisgeneridade é, por si só, um objeto complexo, como os objetos científicos geralmente o são: ela possui histórias e temporalidades heterogêneas, além de agência (M'charek, 2013). Além do mais, o conceito nos possibilita pensar sobre os limites entre o real e o ficcional na produção da realidade científica (M'charek, 2013). Indispensável para o presente artigo é a forma como o conceito é fonte de debates ético-ontoepistêmicos (Barad, 2007) por ter se tornado fundamental na compreensão da produção de fronteiras material-discursivas do corpo, seja ele cis ou trans. Como pretendo demonstrar no decorrer deste artigo, entendo a cisgeneridade não como um local estanque ou de estabilidade de gênero, mas um aparato material-discursivo de produção corporal (Barad, 2007; Haraway, 1988), que produz as fronteiras entre feminilidade/masculinidade e mulher/homem, implicadas nos corpos cis e trans. A cisgeneridade que proponho não é um sistema ideológico e cultural no qual as “pessoas se identificam com o gênero atribuído no nascimento devido à morfologia”, mas “um fenômeno material-discursivo de fabricação de fronteiras de gênero e de sexo que distinguem o masculino do feminino” (Braz, 2024, p. 32). Neste artigo, detenho-me às materializações relacionadas à remoção de pelos corporais, relativamente definidos em padrões masculino e feminino através de características como quantidade, distribuição, textura, pigmentação e densidade (Braz, 2024).

No Brasil, a produção do conceito (e suas variações, como “cistema” e “cisnormatividade”¹) se consolidou como uma das frentes do movimento social transfeminista e de pessoas trans² na academia, muitas vezes ocupando ambos

-
- 1 Viviane Vergueiro (2015, p. 15, nota 3) utiliza o prefixo “cis” em algumas palavras, como “cistema” e “cisnormativo”, com “o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional – ‘cistêmico’ – de perspectivas cis+sexistas, para além do paradigma individualizante do conceito de ‘transfobia’”.
 - 2 Utilizo “pessoas trans” como um termo guarda-chuva referindo-me às pessoas cuja identidade de gênero e corporeidade, de alguma forma, colocam em suspenso a designação sexual que antecede ou acontece simultaneamente ao nascimento, sejam travestis ou mulheres transexuais, homens trans e transmasculinos, assim como pessoas não binárias.

os espaços simultaneamente.³ Muitos trabalhos destacam como, historicamente, a relação de pessoas trans com o restante da sociedade foi de inimizade, mediada pela violência policial e a prevenção da aids, especialmente no momento de transição democrática (Cavalcanti; Barbosa; Bicalho, 2018; Iazzetti, 2023) e, posteriormente, pela categorização da transexualidade como doença e seu gerenciamento médico (Coacci, 2018). Para o transfeminismo, era central a tarefa de conjugar certos conceitos com a finalidade de nomear as barreiras transfóbicas que impediam a entrada de pessoas trans em espaços institucionais (como o mercado de trabalho e a universidade), para o reconhecimento pleno da identidade de gênero (através da retificação dos documentos) e a consequente despatologização da transgeneridade, da transexualidade e da travestilidade. Portanto, espaços acadêmicos, médicos e jurídicos são centrais nos embates de pessoas trans e suas demandas, especialmente porque durante muitos anos foram neles que diversos autores produziram manuais e documentos oficiais, além de trabalhos acadêmicos, sobre pessoas trans.

É em relação a esse conjunto de instituições e seus documentos/posicionamentos institucionais, na intersecção com sua própria inserção/exclusão nesses espaços, que Viviane Vergueiro (2015) produz sua compreensão sobre a cisgeneridade, a primeira dissertação brasileira a tocar no assunto de forma mais abrangente e substancial. Consequentemente, o teor político da nomeação da cisgeneridade está presente desde suas primeiras mobilizações no país.

Em um dos textos introdutórios do site Transfeminismo,⁴ Hailey Kaas (2012) afirma que “ser cis é uma condição principalmente política” e nomear as pessoas até então chamadas de “verdadeiras” ou “biológicas” de cis(gêneras) é uma posição contra a discriminação “ciscêntrica” naturalidade versus artificialidade,

3 No Brasil, como é bem documentado em uma diversa gama de trabalhos acadêmicos (Bulgarelli, 2017; Carvalho, 2015; Coacci, 2018), o conceito de cisgeneridade está atrelado ao surgimento, o estabelecimento e a circulação do movimento trans/transfeminismo em espaços virtuais, especialmente com o Coletivo Transfeminismo e a página de Facebook Travesti Reflexiva, a partir dos anos 2010, e posteriormente através da circulação de trabalhos na esfera acadêmica, como por exemplo a dissertação de Viviane Vergueiro (2015). Sobre a entrada, permanência e políticas afirmativas para pessoas trans no ensino superior, cf. Iazzetti (2021).

4 O site Transfeminismo “surgiu [no ano de 2011] com o propósito de discutir questões trans no Brasil sob uma perspectiva feminista” (O Transfeminismo [...], 2022). Atualmente chama-se Centro de Pesquisa Transfeminista e pode ser acessado através do link: <https://transfeminismo.org/>.

visto que “pessoas trans* também são obviamente biológicas e o que difere é apenas seu status político” (Kaas, 2012). Tal movimento “denuncia esse pseudo status natural” e, conseqüentemente, tem “o efeito político de elevar o status de pessoas cis ao mesmo das pessoas trans*” (Kaas, 2012): o objetivo é compartilhar o status de normalidade ou anormalidade, levando em conta o caráter construído tanto da dimensão cis quanto da trans. Tal compreensão sobre cisgeneridade se baseia na noção performativa de que “gênero é uma categoria instável que não é coerente [...] uma performance discursiva, móvel e abstrata” (Kaas, 2012).

Em geral, afirma-se que a cisgeneridade é uma construção social que nomeia “as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento” (Jesus, 2012, p. 10), uma performance iterativa que se cristaliza em identidades (de gênero) mais ou menos estáveis. Conseqüentemente, ela problematiza uma ideia de relação, fixidez e anterioridade ontológicas entre identidades de gênero e características sexuais primárias (homem/pênis, mulher/vagina) que resultaria das “compreensões socioculturais ocidentais e ocidentalizadas de gênero tidas como naturais, normais e biológicas” mediadas pela construção discursiva de três traços interdependentes “constituintes dos gêneros naturais, normais, verdadeiros e ideais”: a pré-discursividade, a binariedade e a permanência dos gêneros (Vergueiro, 2015, p. 61). A prática discursiva de nomear a cisgeneridade, além do mais, teria a capacidade de simultaneamente evidenciar sua construção e o apagamento dos rastros dessa construção e, conseqüentemente, ajudaria a compreender os próprios processos dessa construção (Hining; Tonelli, 2023; Vergueiro, 2015). Nesse sentido, a nomeação da cisgeneridade tem a finalidade de questionar seu status político, desnaturalizá-la e elevá-la ao mesmo status da transgeneridade, da transexualidade e da travestilidade (Kaas, 2012; Rodovalho, 2017).

Por um lado, o conceito se constituiu de forma a evidenciar que a cisgeneridade não é um fato natural, mas igualmente construído. Tal nomeação, contudo, não evidencia, necessariamente, os processos dessa construção. Partindo do pressuposto que a cisgeneridade deva ser um objeto de interesse e investigação dos estudos sociais e feministas da ciência, somos convidados a ir além de sua nomeação para, então, notar os processos de sua construção. Sem abandonar a proposição política do conceito de cisgeneridade exposto acima, me coloco em uma intersecção não muito explorada: investigar, em fontes difusas, a produção

iterativa e detalhada da cisgeneridade.⁵ Se afirmamos que a cisgeneridade é uma construção, então é natural que o seguinte questionamento se coloque: como ela é construída? Essa questão está em ressonância com a metodologia dos estudos sociais da ciência em analisar não “a natureza e a produção de conhecimento científico [mas estudar] a dinâmica detalhada da prática real da ciência” (Barad, 2007, p. 47, tradução minha).

Para responder tal questionamento, volto-me ao arcabouço teórico-metodológico dos estudos sociais e feministas da ciência para elaborar o que estou chamando de “materialização da cisgeneridade” tendo como objeto de investigação autoetnográfica um conjunto de eventos e situações relacionados à remoção de pelos corporais que ocorreram entre os anos de 2008 e 2018. Não é o objetivo deste artigo apresentar de forma extensa o modo como as chamadas feministas neomaterialistas se apropriam das questões do corpo, contudo, é importante destacar que as noções de matéria e de materialização ajudarão a compreender os processos que produzem – ou seja, materializam – a cisgeneridade.⁶

Na próxima seção, apresento minha apropriação do conceito de cisgeneridade. Nela, busquei articulá-lo dentro dos marcos teórico-metodológicos dos estudos feministas da ciência, partindo da concepção das diferenças entre cis e trans oferecida por Paul B. Preciado (2023) para, então, apresentar a cisgeneridade como um aparato material-discursivo de produção corporal baseando-me no trabalho de Donna Haraway (2023b) e Karen Barad (2007). A terceira seção é voltada a apresentação da relação de pessoas trans com a presença ou ausência,

-
- 5 Ainda que não exista um conjunto de documentos provenientes das mesmas instituições que defina a cisgeneridade assim como existem documentos definindo a transgeneridade, a transexualidade e a travestilidade, documentos que mobilizam as categorias “homem” e “mulher” ou “masculino” e “feminino” sem os marcadores cis/trans demonstram como homens e mulheres cis são, efetivamente, produzidos. Nessa investigação de cunho etnográfico, pautada teórica e conceitualmente nos estudos feministas da ciência, reparei que a cisgeneridade não depende necessariamente de um silêncio constitutivo (Vergueiro, 2015), mas de um conjunto difuso de práticas ruidosas. No caso do hirsutismo, a produção de fronteiras de gênero, sexo, raça e humanidade a partir dos pelos corporais evidencia essa produção dual e complementar.
- 6 O livro *Material feminisms*, organizado por Stacy Alaimo e Susan Hekman (2008), articula a ideia de “neomaterialismo” ou “novos materialismos”, cujo objetivo pode ser definido como “uma desconstrução da dicotomia material/discursivo que retenha ambos os elementos sem privilegiar nenhum dos dois” (Alaimo; Hekman, 2008, p. 6, tradução minha). Para esse “novo” conjunto de feministas, devemos entender de que modo a natureza age como “uma força ativa e significativa; um actante em seus próprios termos; um domínio de múltiplas culturas inter- e intra-ativas” (Alaimo; Hekman, 2008, p. 12, tradução minha).

o cultivo ou a retirada de pelos corporais: a barba confeccionada com cabelo, o chuchu ou barba de travestis, os prazeres e as violências do reconhecimento da feminilidade pautada na necessidade da depilação e a impactante revelação de Laerte ao ver-se depilada. Esses exemplos pavimentam a seção seguinte, onde dedico maior atenção a situações que ocorreram comigo e que evidenciam a importância dos pelos (ou melhor, de sua ausência) na materialização de minha feminilidade. Por fim, nas considerações finais, apresento como, através do conceito de aparato de produção corporal, os pelos corporais e sua presença ou ausência, na sua intra-ação com padrões de gênero e sexo, se tornam elementos indispensáveis para entender materialização de corpos e gêneros cis e trans.

Sobre o conceito de cisgeneridade

O percurso que segui para compreender a cisgeneridade como proponho aqui começa na forma como Paul B. Preciado (2023) apresenta os conceitos “cis” e “trans” em *Testo junkie*. Para o filósofo espanhol, cis e trans são “status de gênero biopolítico” indicando, respectivamente, “um corpo que conserva o gênero que lhe foi atribuído no nascimento” e “um corpo que se utiliza de tecnologias hormonais, cirúrgicas, prostéticas ou jurídicas para modificar essa atribuição” (Preciado, 2023, p. 122). Ainda que a expressão “conservar o gênero” possa indicar a continuidade de um dado natural, Preciado logo afirma que ambos os status de gênero são “tecnicamente produzidos”, visto que “ambos dependem de métodos de reconhecimento visual, de produção performativa e de controle morfológico *comuns*” (Preciado, 2023, p. 122, grifo meu).

Preciado (2023, p. 101) conclui que “em termos ontopolíticos [...] há apenas tecnogêneros”. Na era farmacopornográfica, marcada pela circulação de novos fármacos e imagens que produzem novos corpos e subjetividades, o tecnogênero ou “gênero farmacopornográfico” é um fenômeno que emerge a partir das práticas tecnossemióticas médica, biológica e política de fins de 1950, caracterizado por “ser sintético, maleável, variável, aberto à transformação e imitável, assim como possível de ser tecnicamente produzido e reproduzido”, uma “paródia somática”. O corpo não é aquilo que escapa ou existe paralelamente a essas práticas material-semióticas, como se fosse uma entidade natural preexistente e contida em si mesma, mas, ao contrário, ele é o artefato que emerge

da produção de moléculas e circulação de imagens que engendram diferenças de sexo, gênero e raça.

Trata-se de “dinâmicas detalhadas” da ciência, como define Barad (2007), que contribuem para evitar a cristalização do que seria cis e trans, uma vez que isso nos leva a notar como se produzem as diferenças e as substâncias, isto é, as fronteiras entre esses termos e seus eventuais emaranhamentos. Com isso, pretendo evitar um posicionamento representacionista perante a cisgeneridade, isto é, um posicionamento que evite tomar “aquilo que é representado [...] como independente de todas as práticas representativas” (Barad, 2007, p. 46, tradução minha). Nomear a cisgeneridade, portanto, não é evidenciar algo que sempre esteve lá – uma descrição fiel e imparcial do mundo (Haraway, 2023b) –, mas, ao contrário, é produzir esse algo através de “um engajamento material direto com o mundo” (Barad, 2007, p. 49, tradução minha).

Partindo desse enquadramento teórico-conceitual, proponho a cisgeneridade como um aparato material-discursivo de produção corporal (Barad, 2007; Haraway, 2023b). A compreensão de cisgeneridade aqui proposta, portanto, não diz respeito a um status natural de ser, em contraposição ao que é trans, mas a um fenômeno de intra-ação (Barad, 2007) entre aquilo que é materializado como normal e aquilo que é excluído dessa materialização. Intra-ação é um importante conceito de Barad utilizado para indicar que as entidades, como o corpo, por exemplo, não possuem características ou substâncias anteriores aos fenômenos que as produzem/definem, mas emergem simultaneamente a partir *de e nos* fenômenos. Nesse sentido, a cisgeneridade funciona como um aparato no qual se produz um fenômeno de distinção nas intra-ações entre pelos corporais e padrões de gênero, sexo, raça e humanidade. Consequentemente, o corpo, seja ele cis ou trans, não é uma entidade com fronteiras preestabelecidas, mas um fenômeno material-discursivo específico. Sendo assim, as diferenças entre masculino e feminino não são pressupostas, mas postas em suspenso, nos cabendo traçar determinadas práticas das quais emergem os limites de normalidade entre tais termos, uma das quais estamos investigando: a remoção dos pelos corporais. Cisgeneridade, então, é o nome que estou dando para esse atrelamento de certas partes do corpo a certos sentidos sociais, como a distribuição de pelos corporais e a masculinidade e a feminilidade.

Torna-se importante comunicar que não pretendo extinguir as distinções entre cis e trans que encontramos nas definições de cisgeneridade expostas acima (Jesus, 2012; Kaas, 2012; Rodovalho, 2017; Vergueiro, 2015). Contudo,

volto minha atenção ao caráter produtivo das fronteiras masculino/feminino e homem/mulher e a forma como tais distinções aparecem tanto em corpos cis quanto trans, isto é, na apropriação difusa de signos de feminilidade e de masculinidade, seja por pessoas cis ou trans, e a precariedade da inteligibilidade de gênero (Favero, 2019; Vieira, 2015), demonstrando como esse status de gênero não é algo que “possuímos”, mas algo que emerge de determinadas materializações. No escopo deste trabalho, interessa-nos os pelos corporais e as cartografias do dimorfismo sexual.

Em *Testo junkie*, Preciado (2023, p. 109-110) chama nossa atenção frente ao “deslocamento da produção de pelos no corpo” através da mudança do fenômeno de *freak shows* da “mulher barbada” para a cliente em potencial de clínicas cosméticas por sofrer de hirsutismo.⁷ A distribuição de pelos corporais não é um mero índice natural de masculinidade ou feminilidade. De forma exemplar, o diagnóstico de hirsutismo “estabelece uma correlação entre gênero, etnia e pelo” (Preciado, 2023, p. 109-110), demonstrando a produção da cisgeneridade. Isto é, os pelos corporais não são, imediatamente, significantes sexuais ou raciais, mas nas distinções de gênero, de sexo e de raça com os pelos corporais uma noção diferencial de homem/mulher e masculino/feminino é produzida, deixando de fora, e passíveis de diagnóstico, um conjunto de corpos que não se encaixam nessas fronteiras. Nessa investigação há um deslocamento interessante da dimensão das características sexuais primárias para as secundárias que, ainda que sempre importantes em processos analíticos da transgeneridade, da transexualidade e da travestilidade, acabam sendo secundarizadas quando falamos da cisgeneridade.⁸ Neste trabalho, volto-me à importância de algo tão “banal” e “supérfluo”, para não dizer “secundário”.

7 Com critérios diagnósticos estabelecidos desde 1961 pelos cientistas David G. Ferriman e J. D. Gallwey (1961), o hirsutismo é “o aumento da quantidade de pelos no corpo da mulher em locais comuns ao homem”, sendo seu principal sintoma “o surgimento de pelos em regiões incomuns às mulheres como queixo, buço, parte de baixo do abdômen, ao redor dos mamilos, entre as mamas, nádegas e na parte interna das coxas” (Hirsutismo, 2020).

8 Como demonstrarei a seguir, as características sexuais secundárias são parte integrante no processo de reconhecimento (tanto clínico quanto social) do gênero das pessoas. No campo das cirurgias estéticas faciais, por exemplo, o cirurgião plástico Douglas Ousterhout, responsável pelo desenvolvimento da cirurgia de feminilização facial (CFF), afirma que “você não anda pela rua conferindo as calças de todo mundo antes de decidir de qual sexo eles são. Você olha em seus rostos” (Plemons, 2017, p. 5, tradução minha).

Nas próximas páginas, analiso um conjunto de eventos e situações relacionadas à remoção dos pelos corporais e faciais que ocorreram entre os anos de 2008 e 2018 nos quais meu corpo trans, em sua produção intra-ativa, entra em embates e negociações com a cisgeneridade. Para tanto, a cisgeneridade deve ser compreendida em sua dimensão material, especificamente em suas materializações. Ainda que me utilize de exemplos de pessoas trans, torna-se importante notar que estou pensando na cisgeneridade, isto é, na produção intra-ativa de substâncias e fronteiras de gênero e sexo: se essas substâncias e fronteiras não são naturais, mas produzidas, a remoção ou cultivo dos pelos corporais nos ajudam a entender como elas são materializadas. É nesse enquadramento que os atos de remoção capilar se tornam relevantes. Meu objetivo é demonstrar a característica plástica da materialização dos corpos e como a cisgeneridade aparece como algo contra o qual, ou em relação ao que, tive minha transição de gênero mediada. Antes, algumas questões sobre pelos corporais e pessoas trans: a escolha de discutir a materialização da cisgeneridade através dos pelos corporais não é à toa.

Pelos corporais

Ainda em *Testo junkie*, Preciado (2023, p. 347) relata a utilização de “um sistema de aprendizagem e construção de técnicas identitárias desenvolvido por micro-políticas queer e trans”, a primeira das quais foi uma oficina drag king. Nela, após “conscientizar-se das ortopedias que constroem a feminilidade cotidiana [e] desidentificar-se da natureza normativa do gênero politicamente atribuído” (Preciado, 2023, p. 349), Preciado (2023, p. 350) faz sua “primeira barba”. “Tal artifício”, afirma Preciado, “não é [...] apenas uma máscara, um disfarce, pura exterioridade, mas a *revelação de uma possibilidade farmacopornográfica já existente em meus genes e capaz de adquirir significação cultural e política*” (Preciado, 2023, p. 350, grifo meu). Ele continua: “Não é uma invenção minha, não é um personagem teatral: ele emerge de quem sou, da forma que sempre me vi” (Preciado, 2023, p. 350-351).

É interessante notar o deslocamento do que poderia ser tomado como evidência natural de masculinidade para sua compreensão performativa e pros-tética (Preciado, 2022b): a masculinidade emerge a partir de diversas práticas

tecnossemióticas, entre as quais ter e fazer crescer a barba. Tais práticas, como o próprio Preciado afirmou, são produzidas e reproduzidas e, em cada (re)produção, algo (nesse caso, a masculinidade) se materializa diferencialmente. Há vários relatos da barba como símbolo de distinção social de classe, nacionalidade, gênero, sexo e raça (Herzig, 2015), inclusive utilizado por mulheres (Schiebinger, 2013). Contudo, desde o estabelecimento do dimorfismo como paradigma sexual e de gênero, as distinções entre distribuição dos pelos corporais, especialmente os faciais, têm se mostrado cada vez mais estanques, como o próprio diagnóstico de hirsutismo evidencia.

Ressoando esse tipo de consequência política da presença/ausência dos pelos corporais e faciais, Pietra Conceição Azevedo da Silva Paiva (2020, p. 47, grifo meu), em sua dissertação *“As travas de jardim são unidas”: etnografia da performance identitária das travestis em contextos rurais e interioranos do sertão potiguar*, relata que “entre nós travestis [...] há uma luta constante na eliminação dos pelos, excepcionalmente do ‘chuchu’ (barba no pajubá),⁹ por este ser um dos símbolos fortes da masculinidade”. Ela relata que “nos momentos em que [...] acompanh[ou] [suas interlocutoras] em outras localidades, elas sempre estavam depiladas” (Paiva, 2020, p. 48), algo que se mostrou ainda mais exigente no contexto da prostituição, onde tal exigência recai igualmente sobre prostitutas cis e trans. Paiva (2020, p. 51-52) conclui que, no contexto de sua pesquisa, não há necessariamente “o reforçamento dos símbolos da feminilidade padrão/hegemônica e ocultamento dos símbolos referidos à masculinidade”, como é o caso da remoção e da presença dos pelos corporais, respectivamente. Contudo, é interessante pensar a forma como a experiência de gênero de suas interlocutoras também é mediada por padrões de gênero e sexo materializados através dos pelos corporais – sempre relativamente, visto que, em determinados momentos, a presença do chuchu “não [provoca] riscos a elas de terem suas travestilidades [isto é, suas identidades femininas] ‘deslegitimadas’” (Paiva, 2020, p. 48).

Também pensando na produção hegemônica de feminilidade e masculinidade, em um artigo intitulado “Não fossem seus pêlos vários [de linhas imaginárias,

9 De acordo com Paiva (2020, p. 31), “pajubá ou ‘bajubá’ é um conjunto de palavras e expressões utilizadas entre a população LGBTI, e principalmente entre as travestis. Uma espécie de dialeto, de linguagem popular. O dialeto pajubá foi primeiramente utilizado em terreiros de religiões afro-brasileiras, como candomblé e umbanda, e depois apropriado e reinventado pelas travestis”.

metáforas e provocações trans]”, Amara Rodovalho (2016, p. 29) rememora a primeira vez que viu no espelho sua imagem feminina e menciona, entre outros fatores, a importância da ausência dos pelos corporais nesse momento:

[O] gozo que vivi ao ver no espelho, pela primeira vez, o meu corpo sem pêlos (e isso, por si só, já de alguma maneira denotava feminilidade, como se, na nossa cultura, mulheres não tivessem ou não deveriam ter pêlos, como se o fato duma pessoa não ter pêlos já ameaçasse colocá-la nessa categoria).

O comentário de Rodovalho reflete uma preocupação eminentemente feminista: “O padrão de feminilidade imposto a toda figura que queira ser reconhecida enquanto ‘feminina’, enquanto ‘mulher’, é um padrão que a violenta” (Rodovalho, 2016, p. 30). A ausência pressuposta ou demandada de pelos corporais refere-se ao esforço em manter o controle sobre os corpos de mulheres (Herzig, 2015), motivando, por exemplo, a criação, em contexto nacional, da feminista de “sovaco cabeludo”, uma figura de ameaça à cultura hegemônica de feminilidade e masculinidade.¹⁰

A remoção de pelos corporais, contudo, não representa somente isso. Em um quadrinho de Hugo/Muriel, vemos a personagem criada por Laerte resolver uma necessidade de “sobrevivência básica”, a vestimenta, e, posteriormente, lidar com a “providência sem a qual a vida é impossível”, a depilação. Em entrevista a Vi Grunvald (2016, p. 259), Laerte comenta que “[...] depilar-[se] inteiramente foi talvez mais revelador do que vestir-[se] com roupa feminina [...] [e se] ver [...] sem pelos [...] desvestida da roupa masculina – a última roupa! – teve uma importância tão grande como vestir a roupa toda feminina”.

Nos trechos acima, vemos questões ético-ontopistêmicas (Barad, 2007) nos mais diversos processos de materialização de experiências de sexo/gênero em intra-ação com os pelos corporais. Os pelos, seja em sua presença ou ausência, no seu cultivo ou em sua remoção, são daqueles “agenciamentos maquínicos” que “eclips[am] [...] isso que [chamamos] de fenótipo feminino [ou masculino] e permite[m] o despertar de outra genealogia” (Preciado, 2022a, p. 36). Ao falar sobre cisgeneridade me atentando às corporeidades trans, meu objetivo

10 Em matéria do GI (Souza, 2016), é possível vislumbrar a questão dos pelos corporais em relação ao feminismo e suas consequências políticas.

é simultaneamente deslocar o primado cisgênero de tais práticas, desnaturalizando-as, e alocar a experiência trans dentro dessas mesmas práticas, demonstrando os “métodos de reconhecimento visual, de produção performativa e de controle morfológico *comuns*” dos quais nos fala Preciado (2023, p. 122, grifo meu). A seguir, investigo de forma mais detalhada as dinâmicas de materialização dos pelos corporais a partir de notas autoetnográficas sobre eventos que ocorreram entre 2008 e 2018.

Notas autoetnográficas sobre remoção de pelos ou materializações cis/trans do corpo

Com a finalidade de relacionar o tema deste artigo com minha própria experiência, decidi produzir um exercício autoetnográfico no intuito de elaborar uma relação teórico-prática, além de material-discursiva, de como as fronteiras e as substâncias da cisgeneridade se emaranham na vida de uma pessoa trans. A prática autoetnográfica, “altamente corporificada, reflexiva e emotiva”, visa produzir uma reflexão sobre a experiência de quem escreve para, com ela ou a partir dela, refletir sobre questões mais amplas do contexto no qual o etnógrafo se encontra (Gama, 2020, p. 190-191). Para Vergueiro (2015, p. 11), a decisão de produzir uma dissertação autoetnográfica sobre sua posicionalidade dentro dos sistemas acadêmicos, médicos e jurídicos contribuiu para o

[reconhecimento das] fronteiras que [lhe] atravessam enquanto pesquisadora e enquanto mulher trans [...] fronteiras que tantas vezes não são devidamente problematizadas em ativismos e academias, fazendo destes movimentos cís-micos uma ficção política e epistemológica que [lhe] permite pensar [suas] insubmissões e alinhamentos, interseccionalmente situados, a sistemas da maneira mais crítica e efetiva possível.

Levando isso em conta, elaborei o exercício autoetnográfico que se segue com a finalidade de relacionar um conjunto de experiências pessoais e questões socioculturais de maior abrangência. Uma vez que os pelos corporais e padrões de sexo e gênero intra-agem, se constituindo mutualmente, o relato autoetnográfico abaixo se atenta às minhas experiências em diversos espaços, clínicos ou

não, onde essa intra-ação resulta na fabricação do fenômeno material-discurso de minha feminilidade e mulheridade trans. Tal mulheridade depende de noções social e historicamente localizadas (o que é uma mulher, afinal?) assim como dos pelos corporais sobre os quais discorro a seguir.

Em 2015, eu havia ajuizado o direito de retificar o prenome e sexo em minha documentação. Até março de 2018, era necessário pleitear judicialmente a retificação de prenome e sexo no registro civil, apresentando, junto à demanda, laudos psicológicos, psiquiátricos e endocrinológicos e certidões negativas judiciais e fiscais. Porque a retificação estava atrelada à demanda pela redesignação sexual, foi necessário constar um laudo psicológico me diagnosticando com *transexualismo*, à época alocado sob o código F64.0 da 10ª edição da *Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde* (CID-10)

¹¹ Com isso em mente, eu frequentava consultas psicológicas que aconteciam em intervalos de 15 e 30 dias. Apesar de ter dado entrada no processo judicial na cidade do interior do sul do Brasil onde morava, em 2016 eu havia me mudado para o interior de outro estado por conta dos estudos e utilizava os serviços psicológicos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Do momento em que iniciei as consultas até o momento que obtive o laudo, permaneci com o mesmo profissional. Ele não tinha, necessariamente, o interesse em me patologizar. Na realidade, além de questões básicas sobre a transição – porque ainda assim ele precisava se certificar de que aquela pessoa em seu consultório era uma mulher transexual *verdadeira*, isto é, aquela que manifesta “desconforto com o sexo anatômico natural; desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar

11 Desde a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4275, de 2018, o processo de retificação passou a ser completamente administrativo e desassociado da demanda pelos “procedimentos cirúrgicos para a afirmação de gênero”. De acordo com Melissa Barbieri de Oliveira (2017, p. 275, 282-283), a ADI nº 4275 foi “a primeira ação judicial em relação à população trans perante o STF” e “pleiteia o reconhecimento do direito de transexuais alterarem seu prenome e sexo jurídico no registro civil, independentemente de cirurgia de transgenitalização”, “que, [ao ser julgada procedente [...] [passaria] a ter força de lei e [...] obedecida no país inteiro”. Após o julgamento da ADI, foi publicado o Provimento nº 73 de 28 de junho de 2018 orientando os cartórios sobre o procedimento da retificação de nome administrativa. Depois, foi publicado o Provimento nº 149 de 30 de agosto de 2023, que dispõe no primeiro parágrafo do artigo 518, que “o atendimento do pedido apresentado ao registrador independe de prévia autorização judicial ou da comprovação de realização de cirurgia de redesignação sexual e/ou tratamento hormonal ou patologizante, assim como de apresentação de laudo médico ou psicológico”.

as do sexo oposto; permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; ausência de outros transtornos mentais”¹² (Oliveira, 2017) – conversávamos abertamente sobre os problemas e os limites da patologização das identidades e dos corpos trans, de agenciamentos não cis, por assim dizer, assim como os limites em associar uma transição de gênero a certas modificações corporais, como as “cirurgias de afirmação de gênero”, isto é, procedimentos como neovulvovaginoplastia, mamoplastia de aumento, mamoplastia bilateral, entre outras descritas na Resolução 2.265/2019 do CFM (Conselho Federal de Medicina, 2020).

No entanto, em uma de nossas consultas, ele questionou por que havia mais pelos nos meus braços comparado ao início de nosso contato. Lembro-me da estranheza que senti naquele momento. Minha única reação foi dizer que não havia diferença alguma, além de comentar quão transfóbico era seu comentário. Talvez o caráter estranho do questionamento seja devido ao fato de eu nunca ter removido os pelos dos meus braços, muito menos tentando diminuir sua visibilidade de outra maneira, descolorindo-os, por exemplo. Como ficará evidente através deste breve relato, a presença dos pelos corporais sempre foi uma questão importante para mim, e o rumo que a conversa tomou realmente me tocou.

Lembro-me de afirmar, alguns meses antes frente à psicóloga da Comarca do Juizado, que uma mulher (cisgênera) não seria menos mulher por ter pelos corporais – em meados da década de 2010, estava em alta o debate quanto à recusa de se depilar de algumas feministas. No entanto, os meus pelos, diferentemente, eram tidos como “de homem”, isto é, masculinos em sua quantidade e distribuição, textura, pigmentação e densidade.¹³ É interessante lembrar disso

12 A categoria “transexual verdadeiro” é, de acordo com Oliveira (2017, p. 33-34), “utilizada, na medicina, [e referenciada por autores(as) do direito], para diferenciar a pessoa que quer se submeter à cirurgia daquela que não pretende realizá-la”. Até 2019 a resolução sobre a “cirurgia de transgêneralismo” ainda vigente era a 1.955/2010 (Conselho Federal de Medicina, 2010). Como efeito das demandas por despatologização e desassociação das cirurgias, na atual Resolução nº 2.265 de 20 de setembro de 2019 houve a mudança da noção de “transexualidade verdadeira” por “transgêneridade” e “incongruência de gênero” e é definida, no primeiro artigo, da seguinte forma: “Compreende-se por transgênero ou incongruência de gênero a não paridade entre a identidade de gênero e o sexo ao nascimento, incluindo-se neste grupo transexuais, travestis e outras expressões identitárias relacionadas à diversidade de gênero” (Conselho Federal de Medicina, 2020, p. 96).

13 Tais características (quantidade, distribuição, textura e pigmentação) são destacadas pelos médicos e antropólogos envolvidos no desenvolvimento dos critérios diagnósticos de hirsutismo, como descrito e analisado em Braz (2024).

pois hoje, após várias sessões de depilação a laser e com a conspícuidade dos pelos consideravelmente menor, ainda me sinto estranha de deixá-los visíveis, apesar de que dificilmente seriam classificados como masculinos.

Desde as primeiras clínicas de gênero que surgiram no contexto norte-americano, a transição de gênero de mulheres trans é feita com base no consumo de substâncias voltadas à diminuição da testosterona e à reposição hormonal à base de estrogênio. Isto é, além de lançar mão de elementos visuais (pornográficos), uma transição de gênero é pautada também em transformações moleculares (farmacêutica), uma experiência tecnossemiótica farmacopornográfica (Preciado, 2023). À época do questionamento do psicólogo, por exemplo, eu havia mudado minha dieta hormonal de 50 mg de espironolactona (Aldactone®), 2 mg de finasterida (Propécia®) e 2 mg de Natifa® para apenas 2 mg de finasterida e os adesivos semanais de Evra® no lugar dos comprimidos de Natifa®.

A Propécia® de 1 mg é um medicamento utilizado no tratamento de calvície de padrão masculino ou alopecia androgênica “[reduzindo] especificamente os níveis de diidrotestosterona (DHT), a causa principal de queda de cabelo de padrão masculino” (Propécia, 2021). Por outro lado, a versão de 5 mg (Proscar®) é utilizada no tratamento de hiperplasia prostática benigna (HPB). Nessa versão ela se torna “um inibidor da 5-alfa-redutase [causando] regressão da hipertrofia [...] da próstata”, por sua vez, “uma glândula que existe *somente* no homem [e cuja] principal função é produzir fluido para o sêmen (líquido que transporta o esperma)” (Proscar, [202?], grifo meu).¹⁴

As bulas nos alertam que o uso ou a manipulação dos comprimidos triturados ou quebrados por mulheres (cisgêneras), especialmente mulheres “que possam ficar grávidas durante o tratamento”, é contraindicado, pois o “uso oral ou através da pele por mulheres grávidas de um feto do sexo masculino, [...] poderá [fazer com que ele nasça] com anormalidades nos órgãos sexuais” (Propécia, 2021).

14 Durante a pesquisa sobre a finasterida, encontrei duas bulas para a versão de 5 mg, uma assinada pela mesma farmacêutica responsável pela versão de 1 mg, Dr^a Telma Elaine Spina (CRF-SP 22.234) (Proscar, 2022), e outra assinada por outro farmacêutico responsável, Dr. Ronel Caza de Dio (CRF-SP 19.710) (Proscar, [202?]). Apesar de algumas diferenças estruturais do documento, ambas afirmam que tanto a hiperplasia prostática benigna quanto a próstata são “somente” ou “apenas” encontradas em homens (cisgêneros) (Propécia, 2021; Proscar, 2022).

Entre os efeitos adversos – estes levando em conta o corpo masculino ou o que podemos chamar de um corpo de homem cisgênero –, entre 1% e 10% dos pacientes que utilizam a finasterida “pode sentir menos desejo de manter relações sexuais e/ou dificuldade na obtenção de uma ereção” e entre 0,1% e 1% “pode ter uma redução na quantidade de sêmen liberada durante a relação sexual” (Propécia, 2021). A bula afirma que “estes efeitos adversos desapareceram em homens que pararam de tomar finasterida e em muitos homens que continuaram o tratamento” (Propécia, 2021). No entanto, problemas de ejaculação, dificuldade de ter e manter a ereção e diminuição do desejo sexual, sem contar a sensibilidade e o aumento da mama, elementos que aparecem na bula como “reações incomuns” (Propécia, 2021), permanecem após descontinuação do tratamento.

Em linhas gerais, podemos dizer que um dos efeitos que este medicamento causa em pessoas cujo corpo fora designado do sexo masculino no nascimento, e o motivo pelo qual algumas mulheres trans e travestis o usam, é, de acordo com os termos biomédicos, a “infertilidade masculina” (Propécia, 2021). Posto de outra forma, se trata do que vim a conhecer e como nomeei o que estava fazendo comigo mesma: “castração química”. É possível nomear tal ato de uma forma menos negativa, pensando-a como “um agenciamento maquínico com o hormônio” (Preciado, 2022a, p. 36). Em outras palavras, trata-se do consumo de certas substâncias (como a finasterida, mas também a espironolactona e o acetato de ciproterona [Androcur®]) visando a diminuição de produção e de circulação de testosterona pelo organismo, que será posteriormente substituída pelo consumo de estrogênio e estradiol. Tais efeitos se tornam visíveis, por exemplo, através de mudanças na textura, distribuição e quantidade de pelos corporais.

Me questiono se um dos efeitos da finasterida não é o aumento generalizado dos pelos corporais, e não só dos cabelos, ainda que não tenha encontrado nenhuma evidência que afirme tal possibilidade. Confesso que, apesar da atenção que dedicava ao cuidado e remoção dos pelos corporais, nunca notei eles aumentarem, escurecerem ou engrossarem a partir do momento que comecei a utilizá-la para a manutenção de minha transição de gênero. Os blogs que eu lia e os *vlogs* a que eu assistia com o intuito de aprender sobre transição e reposição hormonal não prometiam uma mudança radical quanto à constituição física (estrutura óssea), mas uma diminuição considerável na conspicuidade

dos pelos sempre estava no horizonte de possibilidades ao se inibir a produção de testosterona ou “o hormônio masculino”.¹⁵

Hoje em dia, o questionamento desse psicólogo me faz entender de maneira bastante explícita a ideia de Karen Barad (2007, p. 139), para quem conceitos não são meras palavras, mas fenômenos físicos. A mulheridade que almejava ao envolver-me com tal profissional da psicologia e o diagnóstico, mas também com os profissionais da Justiça pública ao buscar a retificação de prenome e sexo nos documentos, estava emaranhada a certos padrões de feminilidade, sendo um deles a ausência de pelos corporais. Imagino, então, que as sessões de depilação por luz pulsada que fiz no rosto entre os anos de 2014 e 2015 contribuíram com a imagem feminina demandada pela lógica que organizava as decisões sobre nome social e retificação de prenome e sexo no Brasil, especificamente em uma cidade no interior de um estado do Sul, o que possibilitou meus documentos novos. Isto é, a demanda jurídica por uma “verdade interna”, por sua vez atestada pelo laudo psicológico, estava atrelada a uma expectativa visual de feminilidade: o externo e o interno deviam coincidir, ou, na realidade, intra-agir na produção de tal fenômeno. Assim como os fatos científicos não são descobertos, mas produzidos (M’charek, 2013, p. 423), vemos a produção de evidências para a constatação da interioridade de gênero de uma pessoa trans através da produção de laudos e evidências materiais de tal gênero. Nesse sentido, o gênero de uma pessoa (essa ficção) e seu sexo (sua materialidade) são produzidos da mesma “coisa” (M’charek, 2013, p. 423).

Não à toa, uma das minhas primeiras atitudes poucos meses após iniciar o consumo de bloqueadores e repositores hormonais foi encontrar uma solução para os pelos faciais. Eu particularmente nunca tive uma quantidade exorbitante de pelos, mas tinha o suficiente para me incomodar ao ponto de querer tirá-los desde muito cedo. No entanto, os únicos que pude tirar sob supervisão

15 Ainda que não concorde que a testosterona seja o “hormônio masculino” ou o estrogênio o “hormônio feminino” por excelência, utilizo essa expressão por levar em conta o papel que os hormônios e a dieta hormonal assume no contexto do atendimento clínico trans. Nos estudos feministas da ciência, já há estudos sobre a compreensão química da masculinidade e da feminilidade (Roberts, 2007) ou como eles são produzidos como um par heteronormativo (Jordan-Young; Karkazis, 2019). Atento-me à forma como os hormônios sexuais se tornam ficções somáticas, isto é, “termos sem conteúdo empírico para além das tecnologias que os produzem” (Preciado, 2023, p. 97). Agradeço à Camila Silveira Cavalheiro pelas recomendações e conversas sobre a literatura hormonal.

paterna e materna foram os do rosto. Em 2006, após o divórcio de meus pais, durante um final de semana em sua casa, fui encorajada por meu pai a usar, pela primeira vez, uma lâmina de barbear. Ao voltar para casa e contar para minha mãe, ela comentou que não era necessário (por causa da pouca quantidade de pelos faciais) e que isso resultaria no aumento da quantidade e espessura a partir de então. Hoje em dia acredito que a sugestão de meu pai de remover os pelos faciais com uma gilete tinha o mesmo embasamento que o receio da minha mãe: o aumento do pelo através do uso da navalha. Pelos corporais, especialmente os faciais, acabam sendo signos de sexo e de gênero, além de raça de humanidade, isto é, eles materializam, de fato, fronteiras inscritas no regime do dimorfismo sexual que produzem a cisgeneridade (Braz, 2024). Durante toda minha vida, não me recorro de ter deixado, conscientemente, os pelos faciais crescerem, com o intuito de formar um bigode ou uma barba. Eles estavam lá, mas eu não estava em paz com eles.

Eis que em 2014, alguns meses após meu primeiro consumo de bloqueadores e repositores hormonais, comprei um pacote de dez sessões de fotodepilação à base de luz pulsada intensa (IPL) para o rosto inteiro, ou seja, em cima e embaixo dos lábios, na mandíbula, no pescoço e no queixo. Anteriormente à sessão, eu devia utilizar uma lâmina de barbear com o intuito de deixar, ao mesmo tempo, o pelo visível e o mais rente à pele possível, pois “através de um feixe de luz, a energia é atraída e captada pela melanina, pigmento presente na haste do pelo e responsável pela sua coloração, [o que] destrói ou retarda a capacidade do folículo piloso produzir um novo pelo”.¹⁶ No site, o serviço é subdividido entre feminino e masculino, o que implica a seleção de áreas distintas a serem depiladas – uma prática indispensável à materialização cis/trans dos corpos.

De acordo com as definições, as áreas femininas são o buço, a nuca, o pescoço, o peito, as axilas, o braço e o antebraço, o abdômen, as mãos, a lombar, as pernas, a linha alba (barriga), a virilha e a região perianal. As áreas masculinas são a barba, o ombro, o pescoço, as axilas, o braço e o antebraço, o abdômen, as mãos, a lombar, as pernas, as costas e o tórax. Essencialmente, mulheres têm buço e homens têm barba, uma crença que não é injustificada: entre os artigos que definem o que é uma mulher hirsuta ou pilosa demais, é bastante comum

16 As informações sobre a utilização de IPL como forma de depilação de longo prazo foram retiradas do site da empresa da qual comprei o pacote em 2014 (ver Depilação [...], 2024).

a afirmação de que os corpos de mulheres são, ou melhor, deveriam ser completamente glabros, isto é, lisos ou cobertos somente de uma fina penugem (Braz, 2024, p. 59-108). É interessante notar ainda a diferença de nome entre o “peito” feminino e o “tórax” masculino. Entre os artigos que embasaram a discussão sobre hirsutismo, a distribuição de pelos corporais na região torácica também é uma evidência de diferença sexual que, em alguns casos, pode ser utilizada para a constatação da condição de anormalidade, pois essa é uma área em que mulheres *sempre, já e simplesmente* não têm pelos (Braz, 2024). Vemos que o diagnóstico de hirsutismo e as franquias de depilação produzem ativamente a diferença sexual, de gênero e racial a partir da cartografia capilar diferencial.

Apesar de uma similaridade entre a maioria dos locais — o que pode nos levar a questionar o motivo de uma distinção de sexo/gênero na oferta do serviço de depilação —, a linha alba, a virilha e a região perianal são áreas que aparecem somente como opção feminina. Para além de pensar quais as possíveis razões para essa distinção, lembro-me que os pelos dessas regiões são aqueles denominados como “pelos hormonais”, isto é, seu aparecimento e crescimento dependem dos hormônios sexuais. Não obstante, os pelos terminais dessas regiões e os axilares são os únicos que devem ser encontrados em mulheres, enquanto o crescimento normal dos pelos no restante do corpo seria só o de uma penugem (Braz, 2024). É interessante notar como a prática da medição adotada pelos médicos e antropólogos do hirsutismo é atualizada nos serviços de depilação, articulando quase todas as mesmas áreas corporais.

Aparentemente, a cartografia do dimorfismo sexual a partir dos pelos, isto é, a materialização do corpo nos pelos corporais, depende de um conjunto de agentes e espaços bastante difuso. Se fizéssemos um exercício genealógico sobre a remoção capilar, com certeza encontraríamos diversas continuidades e descontinuidades, entre as quais estão o esforço médico em criar critérios diagnósticos baseados no crescimento e distribuição dos pelos e a presença de elementos humanos e não humanos nesse processo, as tecnologias elétricas de remoção de pelos corporais (Herzig, 2015; Van Oost, 2005), além da popularização de serviços de depilação a partir do aumento de franquias voltadas a esses serviços e a diminuição do preço cobrado por elas.

Paralelamente a essas mudanças na distribuição e acesso de franquias de depilação a laser, outras mudanças vêm ocorrendo. O espaço onde atualmente faço a depilação, por exemplo, afirma ser “a primeira Rede de Depilação a Laser

no Brasil sem distinção de gênero”.¹⁷ Em 2018, durante uma sessão de depilação das pernas, questioneei sobre o preço que pagaria pela depilação da virilha, pois estava interessada em saber como meu corpo seria enquadrado naquele espaço. Me informaram que, há algum tempo, os preços dos pacotes de depilação haviam sido igualados, tornando o lugar um espaço “unissex”, não mais diferenciado por gênero ou sexo. Contudo, uns meses depois, na minha primeira sessão de depilação da virilha, ao exteriorizar o sentimento de constrangimento e desconforto que estava sentido naquele momento, recebi o comentário de que, para a depiladora, aquilo era normal, uma vez que, em suas palavras, “frequentemente depilavam homens”. É interessante pensar a produção diferencial de sexo e gênero tanto da franquia quanto das trabalhadoras do espaço.

Para além ou aquém disso, eu considerava os pelos corporais um incômodo desde muito tempo. Tendo crescido em uma casa com duas mulheres cisgêneras, minha mãe e minha irmã mais velha, a prática de rotinas de cuidados e de beleza sempre estiveram presentes. Em 2008, minha mãe, na época com 48 anos de idade, não tinha um trabalho formal. No entanto, ela trabalhava como revendedora de produtos cosméticos, joias e lingerie, saindo de casa diariamente à procura de possíveis clientes. Talvez como resultado de seu trabalho, ela possuía uma grande quantidade de produtos para a pele, roupas de baixo e acessórios das mais variadas cores. Ela sempre incorporou um tipo de mulher cisgênera branca da classe trabalhadora, desempregada e conservadora: cuidava de si mesma e da casa detalhada e cuidadosamente.

Um desses cuidados envolvia os poucos pelos que se via em seu corpo. Desde que consigo me lembrar, ela nunca exibiu uma quantidade grande de pelos corporais, mas isso nunca a impediu de receber visitas cotidianas de especialistas de beleza – elas também, geralmente, exercendo trabalho informal como modo de equilibrar o orçamento. Há pouco mais de 20 anos, morávamos em uma cidade no interior do Centro-Oeste, e lá, uma de suas melhores amigas era quem fazia sua depilação. O serviço dessa mulher era a domicílio, isto é, ela ia até a residência das clientes com seus equipamentos e performava os serviços que oferecia. Depilação com cera nas pernas e virilhas e a retirada da sobrancelha com pinças eram os serviços que minha mãe requisitava.

17 Essas e outras informações sobre a franquia que utilize podem ser encontradas no site da empresa (Quem [...], 2024).

Há 16 anos, com 14 anos de idade, eu já havia demonstrado alguns sinais do que podemos chamar, emprestado da taxonomia tecnocientífica biomédica e psicológica de finais do século XX, de disforia ou incongruência de gênero (Preciado, 2023). A desidentificação com o gênero que me fora designado no nascimento e a identificação com o gênero oposto era evidente. Os pelos corporais e o cabelo eram partes essenciais dessa disforia, assim como o é para muitas pessoas trans – e para quem, cis ou trans, pelos e cabelos não são importantes para a constituição de seu gênero?¹⁸ Uma vez que os pelos e o cabelo funcionam como tecnologias de gênero (Preciado, 2023), é comum – para não dizer prescritivo e necessário para o reconhecimento médico-legal-social – que mulheres trans queiram deixar seus cabelos crescerem simultaneamente à vontade de remover todo e qualquer pelo corporal, exceto as sobrancelhas, que serão, por sua vez, moldadas ao seu rosto em um estilo *naturalmente* feminino,¹⁹ e os cílios. Homens trans, por outro lado, deveriam querer cabelos curtos ao passo que deixam os pelos do restante do corpo crescerem, devido à sua masculinidade. Afinal de contas, o gênero de uma pessoa cis ou trans e, ainda mais importante, seu reconhecimento (objetiva e subjetivamente, externa e internamente) é uma questão cabeluda.

A questão foi, e ainda é, tão cabeluda que, nessa época, buscava, sem nunca obter sucesso, estabelecer algumas estratégias para conseguir autorização de meus pais – principalmente de meu pai – para deixar meu cabelo crescer e remover os pelos da perna. Como estratégia, assinalava, geralmente nos domingos à tarde, como os jogadores profissionais de futebol que corriam na nossa televisão não tinham pelos nas pernas e como alguns tinham cabelos compridos. Nunca tive certeza se foi essa a causa, mas a questão se tornou tão insuportável para meu pai que, por volta dessa mesma época, ele me obrigou a cortar o cabelo

18 Tenho em mente, obviamente, o papel que o salão de beleza e as clínicas estéticas têm na experiência de vida de mulheres cis ou trans, mas não deixo de lado o aumento perceptivo de barbeiros e barbearias que têm contribuído na experiência de gênero, sexo e sexualidade de homens cis ou trans.

19 Um tópico interessante quanto aos pelos faciais, especificamente à sobrancelha, é a afirmação feita por esteticistas profissionais que o objetivo é intensificar a feminilidade do olhar das clientes mantendo a naturalidade do formato da sobrancelha. Quando perguntei a uma dessas profissionais como ela sabia quando parar de tirar os pelos, ela simplesmente disse que segue o formato da sobrancelha, buscando corrigir qualquer assimetria presente.

que estava, em sua opinião, comprido demais. Foi a única vez que chorei em uma cadeira de salão de beleza ou clínica estética, apesar das dores físicas que viria sentir nas sessões de depilação mais tarde. Em 2008, ao fim e ao cabo, dois anos após o divórcio de meus pais, pude fazer, pela primeira vez, sob escrutínio de minha mãe, minha sobrancelha: nenhum pelo a mais deveria ser retirado, acabando por deixar minha sobrancelha feminina. Fui atendida pela mesma profissional que, desde 2002, cuidava dos pelos de minha mãe.

Foi só apenas dois anos depois que tive coragem de tirar completamente os pelos das pernas com o auxílio de uma profissional. Em 2010, eu tinha um grupo de amigos, em sua maioria adolescentes cisgêneros gays e lésbicas, com quem pude fabular, pela primeira vez de forma coletiva, certas histórias com/ como Emília. Foi através das conversas com esses amigos que pude falar sobre sensações disfóricas e os desejos de transição que almejava e, pela primeira vez, me vestir e sair em público com roupas femininas. Compartilhar não era, necessariamente, uma maneira de “lidar com o problema”, especialmente porque uma transição de gênero não acontece pura e simplesmente em suas conjecturas. Ao contrário, como dito anteriormente, “fazer uma transição de gênero é inventar um agenciamento maquínico com o hormônio ou com algum outro código vivo” (Preciado, 2022a, p. 36), isto é, é um processo de negociações com e através de tecnologias de gênero, entre elas burocráticas e estéticas. De fato, trata-se de uma fabulação especulativa, a junção de elementos material-semióticos cujos resultados e efeitos não podem ser distintamente vislumbrados ou antecipados: trata-se de seguir com o problema (Haraway, 2023a). Foi dentro desse contexto, portanto, que agendei minha primeira depilação das pernas com cera, por volta de quatro anos antes de me apresentar publicamente como Emília.

Considerações finais

Para a escrita deste artigo, escolhi pensar a materialização da cisgeneridade a partir de um exercício autoetnográfico. Os eventos descritos ocorreram em diferentes momentos de minha vida, desde momentos nos quais minha corporeidade trans ainda não existia, passando pela negociação com as instituições médicas e jurídicas pelo direito à retificação de nome e indo até a utilização de serviços utilizados, em grande maioria, por mulheres. Tal exercício contribuiu

na elaboração de uma experiência pessoal que, ainda que não seja individual, com certeza pode ser singularizada para pensar e lançar luz em experiências similares compartilhadas com outras pessoas que também sejam trans ou precisem lidar com a presença dos pelos corporais para o reconhecimento de seu gênero e sexo.

Ainda que tome como base um conjunto de situações que ocorreram durante os anos de 2008 e 2018 e leve em conta o papel dos pelos corporais na materialização dos corpos de outras pessoas trans, penso na materialização cis/trans do corpo. Ao fazê-lo, se torna possível pensar a cisgeneridade como um elemento produtivo nas experiências corpóreas de pessoas cis e trans, o que chamei de aparato material-discursivo de produção corporal. Tal movimento busca desnaturalizar seus preceitos normativos, especialmente aqueles que associam a cisgeneridade a uma forma de experiência de gênero “natural” ou “verdadeira” em contraposição às experiências de gênero de pessoas trans.

Na escrita deste artigo, busquei demonstrar, através da atenção aos pelos corporais, como a associação de certas características físicas a padrões de gênero masculino e feminino não é algo natural, mas um fenômeno detalhado e ferrenhamente produzido. Afirmei que de dinâmicas e práticas científicas detalhadas emergem fronteiras de sexo e gênero. Nesse movimento, a cisgeneridade funcionou como uma ferramenta para nomear tais fenômenos de materialização. Matéria não é um elemento passivo, algo que existe independentemente de sua materialização em arranjos material-discursivos; ela é, na realidade, um movimento sempre iterativo e infinito que, assim como a construção da cisgeneridade através de sua nomeação, não encerra os processos que a constroem. Ao contrário, ela nos convida a investigar os pormenores dessa construção.

Talvez menos uma tentativa de desfazer-me de uma cisgeneridade substancial e monolítica, meu objetivo foi questionar e investigar o processo no qual ela é feita e performada, isto é, trazida à existência e posta em funcionamento e, eventualmente, refletida – demandada, talvez – no meu corpo enquanto uma mulher trans. A travestilidade ou a demarcação de uma mulheridade como trans é tanto uma inflexão da mulheridade quanto aquela demarcada como cis. Isso valeria para as inflexões cis e trans da masculinidade ou as diversas possibilidades não binárias e as complexidades em nomeá-las. Além do mais, todas essas inflexões não são performadas somente em atos discursivos, mas,

essencialmente, na inextricabilidade dos discursos e das matérias, das palavras e dos corpos.

Dito isso, espero ter articulado minha apropriação do conceito de cisgeneridade, mediado pelo arcabouço teórico-conceitual dos estudos feministas da ciência, de forma a demonstrar como o conceito desempenha uma função produtiva nas materializações dos mais diversos corpos. Se, por um lado, devemos nos atentar às cisgeneridade precárias, sobre as quais recai um sem-número de práticas violentas, acredito haver ainda elementos da produção de corpos cis e trans que podem ser mobilizados para analisar criticamente a materialização de fronteiras de gênero e de sexo. Tais fronteiras são tidas como substanciais e estanques. Contudo, ao analisarmos suas materializações, percebemos como são sempre contextuais e relativas.

Referências

- ALAIMO, S.; HEKMAN, S. *Material feminisms*. Bloomington: Indiana University Press, 2008.
- BARAD, K. *Meeting the universe halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Durham: Duke University Press, 2007.
- BRAZ, E. *Hair is everything: materializando a cisgeneridade a partir dos pelos corporais*. 2024. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.
- BULGARELLI, L. [ALERTA TEXTÃO]: estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação on-line e off-line (2015-2016). 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- CARVALHO, M. F. “Muito prazer, eu existo!”: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas Trans no Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- CAVALCANTI, C.; BARBOSA, R.; BICALHO, P. Os tentáculos da tarântula: abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [s. l.], v. 38, p. 175-191, 2018.

COACCI, T. *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.955, de 12 de agosto de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 147, n. 170, p. 109-110, 3 set. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 2.265, de 20 de setembro de 2019. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 158, n. 6, p. 96-97, 9 jan. 2020.

DEPILAÇÃO por luz pulsada. *D'pil*, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://dpilbrasil.com.br/tratamentos/ipl/depilacao/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FAVERO, S. Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. *Bagoas*, [s. l.], n. 13, v. 20, p. 169-197, 2019.

FERRIMAN, D. G.; GALLWEY, J. D. Clinical assessment of body hair growth in women. *Journal of Clinical Endocrinology and Metabolism*, [s. l.], v. 21, n. 11, p. 1440-1447, 1961.

GAMA, F. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 188-208, maio/ago. 2020.

GRUNVALD, V. *Existências, insistências e travessias: sobre algumas políticas e poéticas de travestimento*. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HARAWAY, D. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. São Paulo: n-1 edições, 2023a.

HARAWAY, D. *A reinvenção da natureza: símios, ciborgues e mulheres*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023b.

HERZIG, R. M. *Plucked: a history of hair removal*. New York: New York University Press, 2015.

HINING, A. P. S.; TONELI, M. J. F. Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 1, e83266, 2023.

HIRSUTISMO. *Biblioteca Virtual em Saúde*, [s. l.], dez. 2020. Disponível em: <https://bvs-ms.saude.gov.br/hirsutismo/>. Acesso em: 9 dez. 2024.

IAZZETTI, B. D. *Existe “universidade” em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans**. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

IAZZETTI, B. D. *Between tarantulas and razor blades: ‘travesti’ history and the public sphere in Brazil’s democratic transition*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Central European University, Budapeste; Tokyo University of Foreign Studies, Tóquio, 2023.

JESUS, J. G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. [S. l.: s. n.], 2012.

JORDAN-YOUNG, R.; KARKAZIS, K. *Testosterone: an unauthorized biography*. Cambridge: Harvard University Press, 2019.

KAAS, H. O que é o cissexismo? *Centro de Pesquisa Transfeminista*, [s. l.], 4 jul. 2012. Disponível em: <https://transfeminismo.org/o-que-e-cissexismo/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

M’CHAREK, A. Beyond fact or fiction: on the materiality of race in practice. *Cultural Anthropology*, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 420-442, 2013.

OLIVEIRA, M. B. *Trans tornando o campo do direito: uma análise da construção da categoria transexual na doutrina jurídica brasileira e seus efeitos no reconhecimento das pessoas trans como sujeito de direitos*. 2017. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PAIVA, P. C. A. S. *“As travas de jardim são unidas”*: etnografia da performance identitária das travestis em contextos rurais e interioranos do sertão potiguar. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

PLEMONS, E. *The look of a woman: facial feminization surgery and the aims of trans-medicine*. Durham: Duke University Press, 2017.

PRECIADO, P. B. *Eu sou o monstro que vos fala*: relatório para uma academia de psicanalistas. Rio de Janeiro: Zahar, 2022a.

PRECIADO, P. *Manifesto contrassexual*: práticas subversivas de identidade sexual. Rio de Janeiro: Zahar, 2022b.

PRECIADO, P. B. *Testo junkie: sexo drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

PROPÉCIA: finasterida. [bula de medicamento]. Responsável técnica Telma Elaine Spina. Hortolândia: EMS, 2021.

PROSCAR: finasterida. [bula de medicamento]. Responsável técnico Ronoel Caza de Dio. Hortolândia: EMS, [202?].

PROSCAR: finasterida. [bula de medicamento]. Responsável técnica Telma Elaine Spina. Hortolândia: EMS, 2022.

QUEM somos. *Vialaser*, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://vialaser.com.br/quem-somos>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ROBERTS, C. *Messengers of sex: hormones, biomedicine and feminism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

RODOVALHO, A. M. Não fossem seus pêlos vários [de linhas imaginárias, metáforas e provocações trans]. *Periódicus*, [s. l.], v. 1, n. 5, p. 23-31, 2016.

RODOVALHO, A. M. O cis pelo trans. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 25, v. 1, p. 365-373, 2017.

SCHIEBINGER, L. *Nature's body: gender in the making of modern science*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2013.

SOUZA, E. de. Mulheres contam por que escolheram dizer 'não' à depilação no Rio. *G1*, [s. l.], 20 maio 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/mulheres-do-rio-contam-por-que-escolheram-dizer-nao-depilacao.html>. Acesso em: 30 jun. 2024.

O TRANSFEMINISMO agora é Centro de Pesquisa Transfeminista. *Centro de Pesquisa Transfeminista*, [s. l.], 13 dez. 2022. <https://transfeminismo.org/o-transfeminismo-agora-e-centro-de-pesquisa-transfeminista/>. Acesso em: 24 maio 2025.

VAN OOST, E. Materialized gender: how shavers configure the user's femininity and masculinity. In: OUDSHOORN, N.; PINCH, T. (ed.). *How users matter: the co-construction of users and technologies*. Cambridge: The MIT Press, 2005. p. 193-208.

VERGUEIRO, V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIEIRA, H. Toda cisgeneridade é a mesma? Subalternidades nas experiências normativas. *Portal Geledés*, [s. l.], 14 set. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/todo-da-cisgeneridade-e-a-mesma-subalternidade-nas-experiencias-normativas/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Recebido: 30/06/2024 Aceito: 31/03/2025 | Received: 6/30/2024 Accepted: 3/31/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.